

LUCAS LOPES COSTA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Relatório de Estágio Supervisionado Apresentado ao Centro
Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
(CEFET/RJ) Como requisito parcial para a obtenção do diploma de
Técnico em Administração

Rio de Janeiro/ RJ

Outubro de 2024



CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSOSUCKOW DA FONSECA

LUCAS LOPES COSTA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Local de Estágio : Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Curso : Técnico em Administração

Estagiário: Lucas Lopes Costa

Matrícula: 2124111ADMN

Ano de Conclusão: 2023

Professor orientador : André Figueiredo Moraes

E-mail: Lucaslopescostas66@gmail.com

Última turma: 4ADMN

Número: (21) 968363511

Rio de Janeiro/ RJ
outubro de 2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ESTÁGIO NA EMPRESA.....	4 a 8
3. CONCLUSÃO.....	9 a 10

1. INTRODUÇÃO

O estágio foi uma oportunidade importante para os estudantes do curso técnico subsequente em Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) desenvolverem suas habilidades e adquirirem experiência prática em sua área de atuação. Nesse contexto, o presente relatório de estágio teve como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas por Lucas Lopes Costa na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O processo de contratação de novos estagiários ocorreu por meio da divulgação das oportunidades de estágio na página do LinkedIn da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) e também por indicação de colegas que já haviam sido contratados. No entanto, a contratação do estagiário Lucas Lopes Costa aconteceu através do envio de currículo por e-mail, após ele visualizar a vaga publicada na página do LinkedIn.

Durante o período de estágio, o estagiário Lucas Lopes Costa teve a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento da PGE-RJ e desenvolver atividades relacionadas à rotina administrativa do órgão. Nesse sentido, este relatório apresentará um resumo das atividades desenvolvidas pelo estagiário, bem como uma análise crítica das aprendizagens adquiridas ao longo do estágio.

É importante ressaltar que, embora o estagiário tenha assinado seu contrato com a PGE-RJ, ele atuou durante todo o período de duração do contrato alocado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na 11ª Vara de Fazenda Pública. Essa alocação ocorreu devido à conexão direta existente entre a PGE-RJ e o Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, o que possibilitou essa experiência conjunta.

2. ESTÁGIO NA EMPRESA

Para facilitar a compreensão e análise do período de estágio, serão descritos a seguir, em ordem cronológica, os principais acontecimentos e as percepções do estagiário sobre cada um deles no tribunal de justiça, a onde o estagiário foi alocado para estagiar:

Durante o período de outubro a dezembro de 2022, após ser contratado, o estagiário passou pela fase inicial de adaptação, que foi dedicada ao aprendizado do funcionamento do cartório e do processamento de execuções fiscais. Nesse período, o estagiário foi designado para aprender a utilizar o sistema adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), como o DCP (sistema de distribuição e controle de processos). Além disso, teve a oportunidade de conhecer a estrutura do órgão, seus processos, as normas que regem sua atividade e o modo de trabalho das equipes. O aprendizado do sistema foi fundamental para compreender o funcionamento do Tribunal de Justiça e para executar suas tarefas com precisão e eficiência.

Entre os meses de janeiro e março de 2023, o estagiário ampliou significativamente seus conhecimentos, trabalhando ao lado de estudantes de direito e servidores. Durante esse período, aprendeu a digitalizar Avisos de Recebimento (AR) — documentos que, após o intimado ser notificado, retornavam em formato físico e precisavam ser digitalizados e anexados aos processos digitais. Além disso, adquiriu prática na organização dos “malotes”, que eram caixas usadas para enviar os processos físicos, que, ao longo dos anos, foram sendo gradualmente digitalizados. O estagiário percebeu que a adoção do processo digital ampliou o acesso à informação, favoreceu a justiça e reforçou a transparência para a sociedade. Além disso, o sistema digital permitiu o fornecimento de dados em tempo real, reduziu gastos públicos, protegeu o meio ambiente e assegura maior controle sobre os procedimentos.

Durante esse período, ele também participou de reuniões com a equipe para discutir melhorias nos processos internos, onde pôde contribuir com sugestões baseadas em sua experiência prática. Essa interação não só o ajudou a entender melhor a dinâmica do trabalho em equipe, mas também a importância da comunicação eficiente entre os setores.

No período de abril de 2023, o estagiário fez amizade com outro estagiário de direito, despertando nele o interesse pelas matérias de direito administrativo e tributário. Observando essa disposição, a servidora responsável decidiu ensinar-lhe sobre custas processuais, algo que até então nenhum outro estagiário de administração havia aprendido. Lucas Lopes Costa foi o primeiro estagiário a adquirir conhecimentos nessa área e a executar tarefas relacionadas às custas processuais. Esse aprendizado permitiu que o estagiário se aprofundasse ainda mais no entendimento do funcionamento de um processo judicial.

O setor de custas no cartório é considerado desafiador, sendo temido por muitos estagiários e servidores, pois envolve o uso de tabelas, planilhas, relatórios e cálculos complexos. O estagiário precisa analisar todo o processo para verificar quais custas deveriam ser pagas pelo executado. Apesar das dificuldades, ele desenvolveu um apreço especial por essa área e se destacou pelo interesse e dedicação.

O estagiário desempenhou diversas tarefas, como a análise de petições do Estado para verificar as solicitações feitas, bem como a abertura de conclusões para que o juiz pudesse apreciar os pedidos apresentados. A conclusão dos autos consistia no simples envio do processo ao juiz para que este tomasse alguma ação, seja através de um despacho de andamento, uma decisão, ou uma sentença. Até o mês de julho de 2023, o estagiário trabalhava no turno da tarde, aprendendo com os servidores e outros estagiários. Durante esse período, ele aprendeu também a lidar com o retorno das conclusões, que envolvia pegar os processos que o juiz devolvia com despachos, decisões ou sentenças, e colocá-los em locais designados para o devido processamento.

No Tribunal de Justiça, o sistema DCP opera com locais virtuais, que são espaços destinados ao armazenamento de processos digitalizados. Cada local tem uma função específica, e o estagiário era responsável por pegar os processos devolvidos do gabinete do juiz e colocá-los nos locais corretos para que os servidores ou outros estagiários pudessem ler as decisões e executar as devidas ações. Além disso, o estagiário aprendeu a cadastrar o endereço do executado no DCP para futuras citações.

O estagiário realizava diversas atividades durante a semana, sem ter tarefas fixas. Ele adquiriu um conhecimento abrangente sobre vários aspectos do trabalho. Posteriormente, conversou com a chefe de serventia sobre a possibilidade de mudar para o turno da manhã, o que seria mais conveniente para ele. A chefe concordou e atribuiu ao estagiário a responsabilidade por quatro locais virtuais.

O primeiro local virtual era o "DICCD", destinado ao envio de certidões ao DEGAR. Caso o executado, além de pagar a dívida, não quitasse as custas finais ao término do processo, o estagiário analisava o processo completo com o auxílio de planilhas e enviava a certidão ao DEGAR (Departamento de Gestão da Arrecadação), contendo o valor da dívida. Após isso, o DEGAR emitia um novo processo administrativo para que o executado pagasse as custas finais.

O segundo local virtual era o "DIMDP", responsável pela digitação de mandados de pagamento, tanto para o Estado quanto para as partes. O estagiário precisava verificar se as custas processuais haviam sido pagas antes de permitir a emissão do mandado de pagamento. Caso as custas não estivessem quitadas, o estagiário encaminhava o processo ao DICCD para que a certidão seja enviada ao DEGAR.

O terceiro local virtual era o "AGTRJ", onde o estagiário monitorava mensalmente os processos aguardando trânsito em julgado. O trânsito em julgado ocorre quando uma sentença judicial se torna definitiva e não pode mais ser objeto de recurso. Assim que um processo alcançava esse estágio, o estagiário verificava se as custas processuais haviam sido corretamente recolhidas. Se tudo estivesse regular, ele certificava nos autos e arquivava o processo, dando baixa definitiva, já que não

havia mais razão para o processo continuar existindo se a dívida e as custas já estavam pagas.

O estagiário ficou responsável pelos locais virtuais de julho a dezembro de 2023, contando com o auxílio de um servidor, já que não havia outros estagiários disponíveis. Havia três estagiárias atuando na parte da manhã, cuja função era digitalizar os processos físicos para convertê-los em formato digital. Contudo, a chegada dos processos físicos estava chegando ao fim.

Entre janeiro de 2024 a junho de 2024, além de cuidar dos seus locais virtuais, o estagiário Lucas Lopes Costa recebeu a confiança da chefe de serventia. Ela conversou com ele e decidiu delegar a responsabilidade de supervisionar alguns estagiários da manhã, permitindo que Lucas os ensinasse sobre as atividades que deveriam ser realizadas e verificasse se estavam executando corretamente as tarefas. Essa experiência foi fundamental para Lucas, pois ele teve a oportunidade de desenvolver suas habilidades de liderança e aplicar conceitos administrativos que estava aprendendo em seu curso técnico de administração.

Durante o ano de 2024, Lucas Lopes Costa ensinou uma série de conceitos e procedimentos essenciais aos estagiários, que ainda não tinham noção de como ler um processo judicial. Ele teve que explicar detalhadamente o processamento de uma execução fiscal. Após essa introdução, Lucas ensinou aos novos estagiários como realizar o retorno das conclusões, verificar as solicitações do Estado contidas nas petições e, ainda, como cadastrar o endereço do executado no DCP (sistema de distribuição e controle de processos). Essa função de instrutor não apenas contribuiu para o aprendizado dos estagiários, mas também consolidou o conhecimento de Lucas, permitindo que ele aplicasse na prática os conhecimentos adquiridos em sua formação acadêmica.

Em junho de 2024, Lucas começou a transferir a responsabilidade pelos locais virtuais que administrava para a estagiária da manhã. Dessa forma, quando o estagiário se afastou, a nova estagiária assumiu suas funções, continuando a cuidar dos respectivos locais virtuais.

Enquanto o estagiário Lucas ensinava os outros estagiários na parte da manhã, ele ficou responsável por um outro local virtual muito importante chamado "AGQSV". Esse local virtual refere-se ao arquivamento na serventia, onde são armazenadas todas as execuções fiscais que já estão com baixa, além de processos que estão prestes a ser finalizados ou que foram suspensos por ordem judicial.

A tarefa do estagiário era acessar esse local virtual e examinar cada processo que não estivesse com baixa. O objetivo era garantir que, no local virtual de arquivamento da serventia, somente houvesse processos com baixa ou com ordem de suspensão. Caso contrário, era necessário investigar a razão pela qual o processo estava ali.

Assim, o estagiário verificava principalmente as últimas decisões e sentenças. Se houvesse uma ordem de suspensão, ele mantinha o processo no mesmo local. Caso contrário, ele checava a sentença e analisava se as custas processuais estavam devidamente recolhidas. Se as custas estivessem corretas, ele certificava essa informação nos autos e dava baixa no processo. Se, por outro lado, as custas não estivessem corretas, ele enviava o caso para o DEGAR (Departamento de Gestão da Arrecadação).

Ao longo do estágio, o estagiário teve a oportunidade de observar a importância da gestão pública e compreender a relevância do trabalho realizado pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ele pôde constatar como essas instituições são fundamentais para a aplicação da lei e para a promoção da justiça na sociedade.

A experiência foi enriquecedora, pois permitiu que ele visse de perto a complexidade das funções exercidas por essas entidades, que não apenas garantem o cumprimento das normas legais, mas também atuam como mediadoras de conflitos e protetoras dos direitos dos cidadãos. O estagiário também aprendeu sobre os procedimentos administrativos e judiciais que envolvem a atuação dessas instituições, além de desenvolver habilidades práticas no manuseio de processos, análise de documentos e trabalhando com sistemas internos.

3. CONCLUSÃO


O estágio de Lucas Lopes Costa na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi uma experiência fundamental para seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Ao longo do período, Lucas teve a oportunidade de vivenciar na prática a rotina administrativa de um órgão público, o que lhe proporcionou uma compreensão profunda do funcionamento do sistema judiciário e da importância da gestão pública na promoção da justiça.

As atividades desenvolvidas, desde a adaptação inicial até a supervisão de estagiários, permitiram que Lucas adquirisse uma variedade de habilidades, incluindo a digitalização de processos, análise de custas processuais e o manuseio de sistemas como o DCP. A interação com servidores e colegas de diversas áreas, especialmente durante reuniões e discussões sobre melhorias nos processos, fortaleceu sua capacidade de comunicação e trabalho em equipe, essenciais no ambiente corporativo.

Além disso, o aprendizado sobre custas processuais destacou-se como um ponto chave na formação de Lucas, que se mostrou apto a enfrentar desafios complexos, consolidando seu conhecimento sobre o sistema jurídico. Sua evolução para um papel de liderança, ao ensinar e orientar novos estagiários, reflete sua dedicação e comprometimento com o aprendizado contínuo.

A experiência na PGE-RJ e no Tribunal de Justiça não só ampliou os conhecimentos técnicos de Lucas, mas também fortaleceu sua visão crítica sobre a importância da justiça e da transparência na administração pública. Ao concluir este estágio, Lucas não apenas solidificou suas bases como técnico em Administração, mas também se preparou para futuras oportunidades profissionais, enriquecido por uma vivência que certamente influenciará sua trajetória na área administrativa.

Por fim, Lucas agradece à equipe da PGE-RJ e ao Tribunal de Justiça, em especial aos servidores e colegas estagiários, que compartilharam seus conhecimentos, ofereceram apoio e tornaram essa experiência tão significativa. A gratidão é


Maria Clara de Moraes Rocha Pereira
Agente de Pessoal – PGUS
ID: 99992875

extensiva aos profissionais que orientaram e ensinaram ao longo do estágio, contribuindo para sua formação e despertando o interesse por áreas do conhecimento que, até então, eram desconhecidas.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2024



ASSINATURA



Maria Clara da Moraes Rocha Pereira
Agente de Pessoal - PGUE
ID: 99992876